

Relatório de Estágio na associação ILGA Portugal A importância da visibilidade LGBTI

Vera Leonor de Freitas Cerveira Brunel Grange

Relatório de Estágio de Mestrado em Estudo das Mulheres - As Mulheres na Sociedade e na Cultura

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Março, 2025

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudo das Mulheres - As Mulheres na Sociedade e na Cultura, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Eduarda Ferreira.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha família, especialmente a minha mãe, Ângela, e irmãos, Martim e Pilar e pessoas amigas, que me apoiaram.

Gostaria de agradecer à ILGA Portugal por me ter acolhido e ter dado esta experiência, especialmente ao Gonçalo Aguiar e a Leonor Castro Nunes.

Muito obrigada por todo o acompanhamento da minha orientadora, Eduarda Ferreira.

Finalmente, obrigada a MVF.

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NO ILGA Portugal. A importância da Visibilidade LGBTI

Vera Grange

Resumo

O presente relatório é a etapa final de um estágio curricular, de 800 horas, realizado na associação ILGA Portugal, entre 01 de outubro de 2023 e 31 de março de 2024.

Este relatório de estágio começa com a análise teórica sobre a importância da visibilidade LGBTI, seguida da caracterização de entidade, seguindo-se descrição das atividades realizadas e finalmente dos desafios e das soluções encontradas durante o estágio.

PALAVRAS - CHAVES: LGBTI, visibilidade, igualdade, discriminação

ÍNDICE

1. Introdução	6
2. A importância da visibilidade LGBTI+ em Portugal	7
3. Caracterização da entidade	14
4. A natureza dos trabalhos que acompanhei	16
5. 4.1. Desafios e Soluções (Principais dificuldades enfrentadas durante o estágio e como foram superadas)	25
6. Conclusão	26
7. Bibliografia	27

1. Introdução

Para concluir o Mestrado, decidi escolher a opção de fazer um estágio curricular em vez de escrever uma dissertação já que senti a necessidade de ter uma experiência prática nesta área de estudo. Quero seguir um percurso a trabalhar com associações e empresas fora da academia e então fez-me mais sentido nesse momento escolher uma experiência onde poderia perceber melhor como funciona trabalhar nesta área. Percebo a necessidade de ambas: a academia e o trabalho no campo, mas para mim faz mais sentido conhecer os dois e ter experiência nos dois do que só de um. Já conhecia a associação, mas só a parte mais aberta ao público e queria perceber melhor como é que a ILGA Portugal funcionava e como se podia aplicar a teoria do que aprendi durante o meu primeiro ano de mestrado e da pós-graduação que realizei em Igualdade de Género no ISCSP. Escolhi a ILGA também por ser uma associação que defende os direitos LGBTI+, que é algo que queria aprofundar os meus conhecimentos

Nos estudos que realizei, aprendi sobretudo a como realizar pesquisas e como escrever, mas na ILGA aprendi a comunicar as minhas dúvidas, a ter mais confiança em mim e a ter menos medo de errar. Sinto que cresci mais enquanto pessoa já que era, e posso ser, uma pessoa que precisa de fazer as coisas bem e se não conseguir, bloqueio e não faço. Todavia, tinha de fazer as coisas durante o estágio, mesmo se não ficava bem.

Percebi também como funciona o “mundo real” pois foi a minha primeira experiência a trabalhar num contexto de escritório. Aprendi a ser mais assertiva e a delegar tarefas entre as pessoas voluntárias. É desta maneira que o estágio que realizei o estágio completou então a minha formação de mestrado.

2. A importância da visibilidade LGBTI+ em Portugal

Para podermos perceber os direitos LGBTI+ em Portugal, é importante contextualizar a situação da Europa. Para começar, temos de mencionar os princípios de Yogyakarta (The Yogyakarta Principles: Principles on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation and Gender Identity, 2007) que se tornou um documento de referência para direitos humanos, mas especificamente para orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais em 2007. Mais princípios foram adicionados em 2017: “The Yogyakarta Principles are a set of principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. The Principles affirm binding international legal standards with which all States must comply” (The Yogyakarta Principles plus 10, 2017). Em 2008 as Nações Unidas lançou a “Declaração sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Género” (Born Free and Equal: Sexual Orientation and Gender Identity in International Human Rights Law, 2012).

Os Estados Membros da União Europeia têm um guia de referências que está a ser construído desde 1981: “Desde 1981 tem aprovado um conjunto de recomendações e pareceres que, embora não sejam vinculativas para os Estados-membros, têm um papel declaratório junto do Conselho de Ministros para afirmação desses direitos. (...) “medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género”. (...) Em Portugal, a responsável pela avaliação da sua concretização tem sido a associação ILGA Portugal (ILGA, 2018; Saleiro et al., 2022).

Podemos usar o *Rainbow Map* para ter uma noção dos direitos LGBTI+ na Europa. Este mapa é feito pela ILGA Europe, uma associação que luta pelos direitos LGBTI+, que faz um mapa da Europa com percentagens e uma classificação por país. Em primeiro lugar, podemos ver o país com mais direitos LGBTI+, já há vários anos, Malta com 89%, e em último lugar, o país com menores direitos LGBTI+ podemos ver o Azerbaijão com 2%. Podemos considerar Malta como um exemplo, já que foi o país com a menor classificação em 0% no primeiro *Rainbow Map* em 2011 (ILGA-Europe, 2011) e passou a ser o país com os melhores direitos em Europa.

“According to ILGA Europe (ILGA-Europe, 2022), Malta currently ranks the highest in the Rainbow Map, with an 92% score. Malta appears on top of the

charts and is the most advanced country on LGBTIQ matters, thus creating a model for other countries to follow. To put it in perspective, Malta's score is 18% higher than Denmark which is next on the chart both with a 74% score. Furthermore, when compared to the first Rainbow Map, Malta had a total score of 0% (ILGA-Europe, 2011), indicating its low performance in protecting the rights of LGBTIQ people" (Tavares, 2023).

No *Rainbow Map*, existe um conjunto de pontos, igualdade e não discriminação, o direito a família, crimes e discurso de ódio, reconhecimento legal de género, a integridade dos corpos intersexo, espaço da sociedade civil e pessoas que procuram asilo. Vemos que em 2023 (ILGA-Europe, 2023) Malta cumpre esses requisitos como, por exemplo, não há restrições etárias para a transição legal de pessoas trans e existe autodeterminação de género e que pessoas que vão buscar asilo a Malta, podem igualmente fazer uma transição legal, ao contrário de Portugal.

Portugal está no 11º lugar no *Rainbow map* de 2023, tendo descido dos 10 países europeus com melhores direitos LGBTI+, por várias razões, tal como não ter passado uma lei criminalizando as práticas de terapias de conversão. Estas são práticas que dizem "curar" uma pessoa se não for heterossexual e cisgénero e que podem ser consideradas tortura pelas Nações Unidas: "Portanto, quaisquer meios e mecanismos que buscam tratar as pessoas LGBT como seres humanos inferiores são degradantes por definição e podem caracterizar tortura dependendo das circunstâncias, como a gravidade da dor e sofrimento físico e mental infligido" (*Report on Conversion Therapy*, 2020). Todavia, em dezembro de 2023, foi aprovada a lei que criminaliza as práticas de terapias de conversão em Portugal. Não obstante, Portugal é um país com muitos direitos LGBTI+:

"Em duas décadas, os direitos das pessoas LGBTI+ em Portugal transitaram de uma quase total ausência de reconhecimento para um enquadramento legal atual protetor que colocaram o país entre as posições mais avançadas em rankings europeus e mundiais neste âmbito (...) a posição de Portugal variou, de 2020 a 2022, respetivamente, entre o 6º, 4º e 9º lugar numa lista de 49 países europeus, com resultados médios de 66%, 68% e 62% na avaliação de dimensões como a igualdade e não-discriminação, família, crimes e discurso

de ódio, reconhecimento legal do género e da integridade corporal, sociedade civil, e direito de asilo” (ILGA Portugal, 2023).

Temos de ter em conta que ser homossexual era um crime até 1982 e em 2001, pessoas do mesmo género, e de género oposto, passaram a poder fazer uma união de facto e em 2010 foi passada a Lei n.º 9/2010 no dia 31 de maio (*Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, 2010*). Em 2016, vemos a Lei n.º 2/2016 (*Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro, 2016*) que dá o direito à adoção e à coadoção para casais do mesmo género.

No âmbito para dos direitos relacionados com a identidade de género, podemos ver que em 2011, foi passada a primeira lei que autoriza pessoas trans a mudar o seu nome legal e a menção do sexo com a Lei n.º 7/2011 (*Lei n.º 7/2011, de 15 de Março, 2011*): “Esta lei constituiu um significativo avanço no direito das pessoas trans (...) no âmbito dos processos administrativos, através de processos simples, claros, transparentes e rápidos” (Saleiro et al., 2022). Não obstante, para poder fazer essa mudança legal era necessário ter um “Relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica” (art.º 3.º, 1b). Podemos ver que em 2018, essa lei foi corrigida com a Lei n.º 38/2018 (*Lei n.º 38/2018, de 07 de Agosto, 2018*) “Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa”. Mas nessa lei, podemos ver que ainda não cumpre a totalidade das condições que garantem a universalidade do direito ao reconhecimento legal da identidade de género, a qual teria que ser baseada: i) na autodeterminação; ii) na inexistência de limites etários; iii) em alternativa(s) de registo para além das binárias e iv) no acesso a pessoas não nacionais (Saleiro et al., 2022).

Isto traduz-se no facto de pessoas trans que tenham menos de 16 anos não podem fazer a transição legal, embora tenham o direito que a sua identidade de género seja respeitada. As pessoas não binárias, não podem escolher que não haja referência ao sexo no cartão de cidadão, e outros documentos legais, e finalmente as pessoas imigrantes não têm acesso à transição legal. Mesmo com muito para melhorar, Portugal foi o sexto país na União Europeia a passar uma lei de autodeterminação de género.

Em 2022, Portugal desceu cinco posições no ranking, ficando em 9º lugar, devido ao término do Plano de Ação do Governo para o Combate à Discriminação com base na Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (2018-2021) (ILGA Portugal, 2023).

Em 2018, o Governo aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual (ENIND, 2018) (*Estratégia Nacional Para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030*, 2018). Esta estratégia é composta de três planos de ação: um para a igualdade entre homens e mulheres, outro para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e, finalmente, um para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. O Plano de Ação para o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais (PAOIEC) tem como objetivos e compromissos estratégicos: “Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI+ e da discriminação em razão da OIEC”, “Garantir a transversalização das questões da OIEC” e “Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI+ na vida pública e privada”. Nestas medidas, podemos ver várias formas de ação, indo de formação em diversas áreas como na polícia, jovens na educação formal e não formal, na área da saúde sobre cuidados de pessoas LGBTI+, para equipas multidisciplinares de Apoio técnico aos Tribunais e para respostas de acolhimento de crianças e jovens, e na administração interna, saúde, justiça, trabalho e segurança social, educação, negócios estrangeiros e defesa nacional. Para poder aplicar essas medidas, podemos ver uma série de formas para o fazer como estudos, relatórios, brochuras e campanhas. Vemos também financiamento para projetos de políticas de combate contra a discriminação LGBTI+ para projetos.

Pessoas que fazem parte da comunidade LGBTI+ enfrentam um tipo de discriminação distinta, já que a orientação sexual e, por vezes, as características sexuais e identidade de género, não são algo de visível. Por essa razão, a discriminação da qual serão alvo é específica para a comunidade. É referida como "os três i", fazendo referência à maneira pela qual as pessoas LGBTI+ vão vivenciar a sua identidade. A primeira fase envolve insultos, a segunda será invisibilidade e, finalmente, isolamento.

Estas três fases são um ciclo vicioso e uma está ligada à outra. A fase dos insultos está relacionada com o facto de não haver muito vocabulário para designar orientações sexuais que não sejam um insulto. Isto fará com que as pessoas que não são heterossexuais acreditem que a sua identidade não é válida e é um erro.

“Queremos com isto dizer que o insulto dirigido a pessoas LGB é particularmente forte, porque incide sobre o núcleo da sua identidade – incluindo nas esferas da sexualidade e da conjugalidade (Vale de Almeida, 2009, 2010), o que alguns autores denominam de homofobia internalizada (Pereira & Leal, 2005)” (Moleiro et al., 2016).

O que nos leva a invisibilidade e temos de ter em conta que vivemos numa sociedade heterossexista: “um sistema de crenças e valores que nega e estigmatiza qualquer comportamento, identidade ou relação não-heterossexual (J. M. Oliveira, 2010)” (Moleiro et al., 2016). Isto faz com que todas as pessoas que não são heterossexuais sejam invisibilizadas e assumidas heterossexuais até ser dito o contrário. É por essa razão que todas as pessoas que são LGBTI+ têm de “sair do armário”, uma expressão usada para descrever quando alguém se sente confortável para partilhar a sua orientação sexual ou identidade de género. Todavia, existe também o “outing” que se refere quando outras pessoas partilham o facto de ser *queer* sem o consentimento da pessoa. Muitas pessoas LGBTI+ vão escolher não partilhar esta parte da sua identidade por muitas razões:

“Várias pessoas LGB mantêm-se invisíveis, de um modo geral ou apenas em contextos específicos – seja como estratégia para se protegerem da discriminação e do estigma, seja como resultado de dificuldades em rejeitar o insulto que lhes é dirigido (Carneiro, 2009)” (Moleiro et al., 2016).

Tendo em conta que pessoas LGBT não crescem com uma comunidade de pessoas que podem vir a ter as mesmas experiências e um sentimento de comunidade, podemos ver que existe muito isolamento:

“As pessoas LGB não se desenvolvem e crescem, na maioria dos casos, numa comunidade de pessoas LGB ou em contacto com pessoas na mesma situação. De um modo geral, uma pessoa de etnia cigana cresce numa comunidade de

peças que partilham essa característica identitária que desencadeia discriminação e estigma” (Moleiro et al., 2016).

Também vemos a falta de visibilidade da comunidade na falta de dados que existe em Portugal: “A invisibilidade da OIEC é expressa também na inexistência de dados que permitam realizar diagnósticos e informar as políticas públicas. O instrumento por excelência de caracterização da população e das suas condições de vida – os Censos –, não incluem qualquer indicador relativo à OIEC.” (Saleiro et al., 2022).

É importante a visibilidade LGBTI+ por várias razões, uma delas sendo que são pessoas que podem ser vítimas de violência doméstica porque o tipo de violência que podem experienciar é diferente de pessoas heterossexuais e cisgénero. A sua vulnerabilidade vem do estigma face à identidade de género e sexual. “A rejeição da família é também, muitas vezes, um dos aspetos centrais na vivência das pessoas LGBTI+. Muitas pessoas jovens LGBTI+ são vítimas de violência ou isolamento por parte das suas próprias famílias e das suas comunidades” (*Folha Informativa Violência Contra Pessoas LGBTI+*, 2020). Existem vários fatores relacionados com violência doméstica, um deles sendo o *outing*, termo que significa quando alguém divulga a *queerness* de alguém sem o seu consentimento. Neste caso, as pessoas agressoras podem usar o conhecimento da identidade de género ou da orientação sexual para ameaçar ou revelar. O isolamento que a pessoa que faz parte da comunidade já sente, reduz a sua rede de apoio e dificultando o acesso a ajuda. O estigma que a comunidade tem de fazer face pode dificultar a vontade da pessoa querer procurar ajuda já que não sabe de que maneira será tratada.

Podemos então falar sobre a importância da visibilidade, algo que se vê cada vez mais nos *media*, mas também: “A existência de coletivos ou associações representativas das pessoas LGBTI+ é, por definição, um meio da sua visibilidade e representação” (Saleiro et al., 2022).

Existe muita diversidade na comunidade LGBTI+, se pensarmos em termos de identidade de género, orientação sexual e características sexuais, o mesmo se aplica para as pessoas que fazem parte da comunidade. Não existem apenas homens brancos cisgénero gays, mas sim uma variedade de pessoas. Estas pessoas podem ser mulher, cis ou trans, pessoas não binárias, pessoas racializadas, pessoas ciganas, pessoas com

deficiências, pessoas neuro divergentes, pessoas imigrantes, ect... Cada pessoa tem um conjunto de experiências que traz diferentes dimensões ao tipo de visibilidade e espaço que precisa de ocupar. Todavia, podemos ver que é bastante difícil que estas pessoas tenham visibilidade:

“Os grupos mais afetados pela discriminação múltipla e interseccional são ainda mais invisíveis que a restante população LGBTI+, situação que tem consequências na dificuldade de criação do sentimento de “comunidade” e na sua representação dentro do movimento LGBTI+, ainda que este se apresente cada vez mais inclusivo e representativo também destas pessoas. (...) Muitas vezes a dificuldade que nós temos em criar comunidades exatamente pela falta de representatividade, pela falta de contacto, pelo isolamento das [pessoas] mais vulneráveis, por exemplo pessoas migrantes, pessoas racializadas, etc. (GRIT)” (Saleiro et al., 2022).

Vemos então a importância que tem a visibilidade LGBTI+ em todos os aspetos sociais, como na saúde e na lei. Mesmo em Portugal tem muita legislação e que está em 11.º lugar no *Rainbow Map* da ILGA Europe, isso não muda o facto que ainda tem muito para fazer. Vemos que Malta é um país exemplar no que consta aos direitos trans e em geral de direitos de pessoas LGBTI+. É importante o reconhecimento legal, para podermos reconhecer que as pessoas LGBTI+ existem, mas não só. É importante para defender e para lutar contra a discriminação que pessoas que não são heterossexuais e cisgénero enfrentam e a invisibilidade com que têm de lidar cotidianamente. Mesmo se há cada vez mais visibilidade, até com a festa *Pride* que ocupa espaço e mostra identidades que durante o ano todo estão invisíveis, ainda não é o suficiente e é necessário mais.

3. Caracterização da entidade

A Associação ILGA Portugal, Liga de Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, nasceu em 1995 em Lisboa. É a associação LGBTI+ mais antiga do país, que luta pelos direitos e a igualdade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo. A ILGA tem como missão a integração da comunidade LGBTI+:

“integração social da população LGBTI+ e das suas famílias; a luta contra a discriminação em função da orientação sexual, da identidade e/ou expressão de género e das características sexuais; e a promoção da cidadania, dos Direitos Humanos e da igualdade de género, através de um programa alargado e articulado de apoio nos âmbitos comunitário, social e político” (M. I. F. Oliveira, 2024).

O centro comunitário LGBTI+ é um sítio para que pessoas da comunidade, e pessoas fora dela, tenham um sítio para construir amizades e um sítio seguro onde podem ser elas próprias. O centro oferece diversas atividades tais como tertúlias, noites de jogos de tabuleiro, sessões de karaoke, festas de diversos temas, exposições, ect... É gerido por pessoas voluntárias que têm uma formação para perceber a interseccionalidade da comunidade *queer*, mas também para aprender a gerir diferentes situações que podem surgir, como pessoas em questionamento identitário e saberem explicar os diferentes serviços que a ILGA dispõe para poder ajudar da melhor forma a pessoa e a fazer sentir acolhida.

A ILGA Portugal é constituída por vários serviços, cada um destes de uma área diferentes das diferentes necessidades que pessoas que fazem parte da comunidade LGBTI+ podem ter. O serviço de apoio psicológico funciona com várias pessoas psicólogas. Pessoas que querem ser seguidas por um psicólogo contactam então a associação. É então feita uma triagem para ver que tipo de apoio a pessoa vai precisar e quem tem disponibilidade para ter essa pessoa como cliente. Essa triagem é feita por uma pessoa do serviço onde a pessoa ficará a falar sobre as suas dificuldades. O valor que a pessoa irá pagar para poder ter uma pessoa psicóloga será entre 10 e 60 euros, dependendo das suas remunerações. Para terapia entre casais o preço fica entre 20 e 70 euros. Há igualmente a possibilidade de ter consultas com psiquiatras.

O serviço de apoio social (SAS) ajuda com as necessidades ao nível social que pessoas da comunidade LGBTI+ podem ter e o seu agregado de família. A ILGA tem na sua equipa assistentes sociais que dão apoio de diferentes maneiras, identificando as diferentes necessidades de apoio social e apoiando de diversas formas como aconselhamento ou ao encaminhar para os serviços de apoio adequados.

O Serviço de Apoio Judiciário (SAJ) esclarece dúvidas sobre os direitos das pessoas LGBTI+ e oferece clarifica questões ao nível jurídico como o casamento entre duas pessoas do mesmo género, reconhecimento legal de pessoas trans ou até sobre reconhecimento de parentalidade em pessoas LGBTI+. Este serviço é composto por pessoas voluntárias que têm uma formação jurídica.

O Serviço de Apoio à Vítima (SAV) é um serviço que apoia a pessoa vítima de violência doméstica e de *bullying* (assédio moral e/ou sexual). Este serviço apoia pessoas que foram vítimas de crimes de ódio por serem da comunidade LGBTI+.

A Linha de Apoio LGBTI+ (LAL) é constituída por um grupo de pessoas voluntárias que está disponível num horário específico das 20h às 23h na quinta-feira e sexta-feira. Todas as pessoas podem ligar, para ter informações específicas sobre temáticas LGBTI+ ou se precisarem de falar com uma pessoa. A linha de apoio é completamente confidencial, do lado da pessoa a atender como da pessoa que está a ligar.

A associação ILGA tem dois tipos de grupo, os grupos de apoio que são um lugar de partilha e grupos comunitários. Existem atualmente três grupos de apoio: o grupo de apoio para pessoas trans, não-binárias ou em questionamento identitário, o grupo de mulheres lésbicas ou bissexuais e o grupo de homens gays ou bissexuais. Estes grupos funcionam em videochamada, não têm qualquer custo, são dinamizadas por uma pessoa, ou várias, voluntárias.

Os grupos comunitários são feitos para tirar as pessoas LGBTI+ da isolamento e para construir uma comunidade. Existem atualmente sete grupos diferentes: o grupo de teatro, o grupo de leitura, grupo de música, o coro, famílias arco-íris (para a construção de comunidade de famílias *queer*), o grupo sénior e o grupo de intervenção trans (GRIT) que tem uma dinâmica mais política.

4. A natureza dos trabalhos que acompanhei

Na duração do meu estágio, tive a oportunidade de acompanhar diferentes projetos que a associação executou. Alguns destes projetos começaram e acabaram quando lá estagiava enquanto outros ainda não foram realizados. Todos os projetos foram diferentes, mas de uma maneira ou outra, contribuíram para o funcionamento da organização. O meu estágio teve uma duração de 800 horas, 35 horas semanais durante 6 meses.

Atualização do site (outubro)

O website da ILGA Portugal <https://ilga-portugal.pt> contém toda a informação do trabalho que a associação faz no seu dia a dia, os diferentes projetos, sobre os grupos e atividades. Foi-me pedido para ver o site e comunicar as mudanças que seriam pertinentes fazer para melhorar o acesso às diferentes informações.

Pesquisa de filmes para visualizar no centro LGBTI+ (outubro - novembro)

O centro LGBTI+ tem várias atividades, muitas delas são pensadas consoante um mês ou um dia internacional, assim dando visibilidade a um certo tema. Por exemplo, em setembro é o dia da visibilidade bissexual. Tendo isso em conta, a associação planeou atividades com um foco sobre pessoas bissexuais como tertúlias, noites de karaoke, ect... Aqui a ideia era mostrar curtas-metragens com um tema específico para esse mês ou semana. Fiz então a pesquisa de filmes que seriam interessantes de divulgar, procurando em festivais de cinema *queer* e em sites na internet. Vi os que tinha acesso e fiz um documento para organizar as curtas-metragens, pondo o tempo, o enredo, onde encontrar os filmes, os contactos das pessoas realizadoras. Fiz igualmente pesquisa sobre as pessoas realizadoras para perceber quem eram e se faria sentido passar filmes dessas pessoas no centro LGBTI+. A exibição dos filmes não chegou a acontecer durante o meu estágio.

Apoio em tradução (outubro)

O Serviço de Apoio Social pediu a minha ajuda para traduzir uns documentos de uma utente de francês para português e de português para francês. Foi também pedido a minha ajuda para ligar aos serviços sociais de França para obter informações.

Grupo sénior (outubro - novembro)

O objetivo deste grupo é planear atividades gratuitas que pessoas que se consideram sénior possam gostar. Pesquisar associações e organizações de atividades lúdicas para pessoas seniores que possam partilhar as atividades. Fiz então pesquisa sobre atividades que estavam a acontecer em Lisboa, estive a ver se era acessível e interessante. Procurei associações para pessoas seniores para poder divulgar as atividades e fiz um documento com todas as informações para ser mais fácil de aceder.

Debate legislativos (fevereiro)

No período dos debates antes das eleições legislativas de 2024, a ILGA Portugal organizou um debate na Biblioteca Palácio das Galveias, situada no Campo Pequeno, em Lisboa, no dia 26 de fevereiro. Este debate teve a presença de representantes dos partidos políticos e coligações de matriz democrática com assento parlamentar: Bloco de Esquerda (BE), CDU - Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV (CDU), Iniciativa Liberal (IL), LIVRE, Pessoas - Animais – Natureza (PAN) e Partido Socialista (PS). Este debate teve em foco a igualdade e a inclusão.

Participei na parte logística da organização do debate. Ajudei a organizar a sala, fui comprar alimentos para as pessoas voluntárias e organizei o equipamento para se poder transmitir ao vivo o debate. Ajudei as pessoas a encontrarem a sala onde iria acontecer o debate e finalmente arrumei os materiais para voltarem a irem para o escritório da ILGA.

Link para a notícia: <https://ilga-portugal.pt/centro-lgbti/programacao/legislativas-2024-debate-lgbti/>



Save the date

26.fevereiro | 18h30
Biblioteca Palácio Galveias

Necessária inscrição para assistir

Com interpretação
de língua gestual portuguesa



Manual para voluntários (novembro-janeiro)

Para ajudar as pessoas voluntárias que iriam trabalhar na Linha de Apoio, foi feito um manual com diferentes informações para ajudar durante as chamadas. Este manual foi construído pelos diferentes serviços da associação. Todavia, o manual também foi pensado para estar à disposição das pessoas que já fazem voluntariado no centro comunitário igualmente, já que estão em contacto com pessoas que podem ter diversas questões sobre diversas áreas. Mesmo se as pessoas voluntárias do centro e da linha de apoio tiverem uma formação, não é expectável que tenham conhecimento sobre tudo. O manual é um recurso para as pessoas da Linha de Apoio, mas também para as pessoas voluntárias de todos os núcleos da associação.

Escrevi a parte da saúde sexual, fazendo pesquisa sobre as diferentes infeções sexualmente transmitidas (IST), que tipo de testagem é feita para cada uma das ISTs, os diferentes tipos de tratamentos e onde ir para se fazer testar. Expliquei que tipo de proteção usar para diferentes genitais e atos sexuais e como ter relações sexuais de maneira segura e consensual. Expliquei igualmente o que é interseccionalidade,

focando-me sobre neuro divergências. Finalmente, também escrevi sobre os diferentes serviços da associação, dos grupos de apoio e sobre a ILGA em geral.

Formação da linha de apoio (8-10 dezembro)

A Linha de Apoio é uma linha telefónica para que as pessoas podem ligar durante uma hora e uns dias específicos e que podem falar ou fazer questões sobre o que quiserem. A linha estava fechada desde 2020 e a formação foi dada para poder reabrir. A formação foi dada num período de três dias, sexta à tarde e sábado e domingo o dia todo. No último dia foi feito uma simulação de telefonemas para vermos como as pessoas reagiam e fazemos uma seleção dos voluntários que faria sentido fazerem parte da linha de apoio. O meu papel foi mais na parte logística, comprei a comida para a formação e estive atenta às pessoas a terem a formação para depois poder partilhar a minha opinião sobre os diferentes participantes e saber se faria sentido participarem na linha de apoio.

<https://ilga-portugal.pt/ter-apoio/preciso-de-falar/>

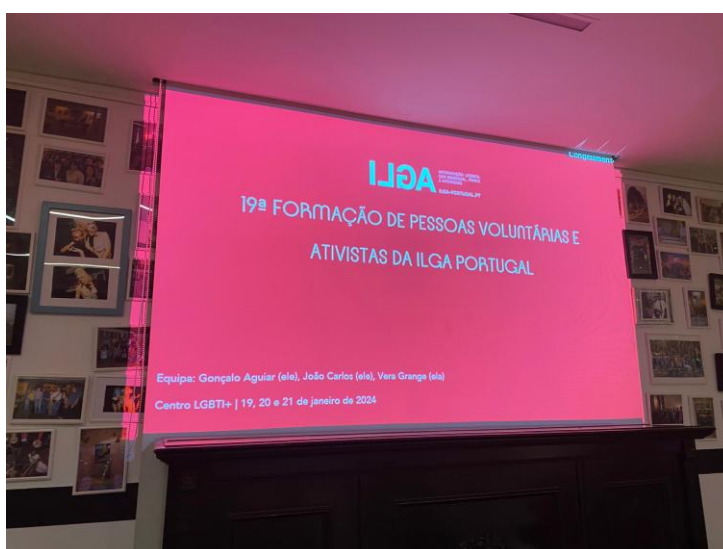
Glossário (dezembro-março)

Durante a formação da ILGA para a Linha de Apoio, uma das pessoas participantes tinha uma questão sobre a demi-sexualidade e uma das pessoas a dar a formação não deu uma explicação correta. No dia seguinte aconteceu o mesmo com a definição de bissexualidade. Quando falei sobre isto com as pessoas formadoras, foi sugerido pelo meu orientador que eu fizesse um glossário que estaria disponível para o staff e as pessoas voluntárias da associação. Existem várias identidades *queer* e é normal não saber todas as diferentes definições, tendo em conta que os termos diferentes evoluem e que nenhuma palavra é definitiva. Escrevi o glossário em colaboração com a coordenadora do centro de documentação que me ajudou a garantir que as definições estavam atuais.

https://docs.google.com/document/d/1Yczc_K4UwAT0Mh2HNJGkS8w86cinyrS85kyXjlpYXBU/edit?usp=sharing

Formação para os voluntários (19-21 de janeiro)

Foi dada uma formação de três dias para as pessoas voluntárias do centro de documentação, centro comunitário e os diferentes núcleos de voluntariado da associação. Durante esta formação foi dada uma parte teórica onde foi explicada as diferentes leis de direitos LGBTI+, como fazer um processo de afirmação de género, as diferentes identidades *queer*, ect... foi também dada uma parte mais prática onde foi demonstrado as melhores maneiras de interagir com pessoas que se apresentam na associação. Para tal, foram feitas diferentes dinâmicas de grupo, *role play*, ect... Eu animei algumas atividades desta formação e participei na parte logística.



II plano municipal de Lisboa (17 fevereiro)

A câmara municipal de Lisboa criou o primeiro plano municipal para combater a discriminação LGBTI+. Com as eleições legislativas, um novo plano foi proposto e mandado à associação para poderem sugerir mudanças para os diferentes planos nas diferentes áreas.

Infelizmente, as pessoas que participaram nesta atividade não tinham ideias pertinentes para o plano municipal, mas sim ideias mais comunitárias.

Dinamizei esta atividade com o meu orientador, tomando notas, respondendo a questões e a fazer perguntas.

Primeiro plano municipal LGBTI de Lisboa:

[https://www.lisboa.pt/fileadmin/porta1/temas/direitos_sociais/I Plano Municipal LGBTI 2020 2021.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/porta1/temas/direitos_sociais/I_Plano_Municipal_LGBTI_2020_2021.pdf)

Segundo plano municipal de Lisboa:

[https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/LGBTI 2024 2026 projeto.pdf](https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/agenda/municipio/LGBTI_2024_2026_projeto.pdf)

CONSULTA PÚBLICA

II Plano Municipal LGBTI+ de Lisboa

17 fev | 17 horas



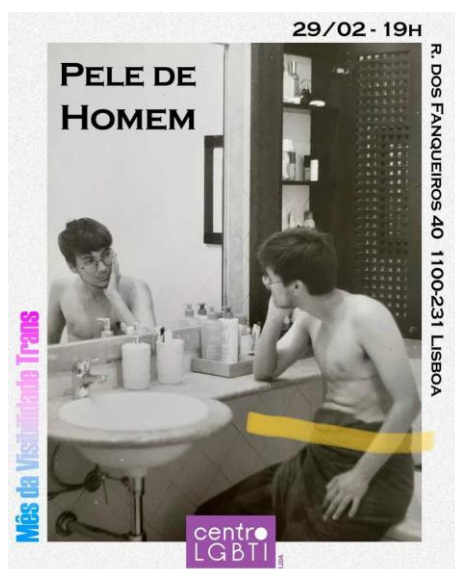
Caminhada (24/02/2024)

Ao falar com pessoas voluntárias, tivemos a ideia de fazer uma caminhada no parque florestal de Monsanto. Tomei então a iniciativa de organizar a caminhada com todas as pessoas voluntárias e o *staff* da organização. Encontrámo-nos num sábado de manhã e eu tinha uma bandeira do orgulho na minha mochila para as pessoas saberem quem era o grupo. Foi uma atividade dinâmica onde todos participámos na decisão sobre que caminho tomar.



Exposições (organização em fevereiro, exposições em março)

Para o mês de visibilidade *trans*, que é no mês de março, duas exposições foram apresentadas no centro LGBTI+ que representam e contam histórias de pessoas *trans*. Uma das exposições, feita pelo artista visual e artista plástico Miguel Portugal, era composta de várias fotografias de diferentes pessoas na sua vida. Estas pessoas são todas *trans* e representam diferentes olhares sobre a forma como um corpo é visto. Todas as fotografias mostram pessoas com *masking tape* (uma espécie de fita cola usada por pessoas trans masculinas para fazer o peito mais liso, o que ajuda com a disforia corporal que podem sentir). Algumas destas pessoas estão em lugares públicos, como a praia, outras estão na casa de banho com uma toalha a volta das ancas, algo que antes não teria sido socialmente aceitável tendo em conta que são tipicamente os homens cis que usam as toalhas dessa maneira.



A outra exposição é uma mala de viagem que o artista comprou na feira da ladra. Nela, estão quatro fotografias, cada uma de uma pessoa diferente, duas de um lado da mala e duas do outro lado. Ao lado de cada pessoa, havia um código QR que dirigia para uma entrevista diferente, de pessoas com experiências trans.



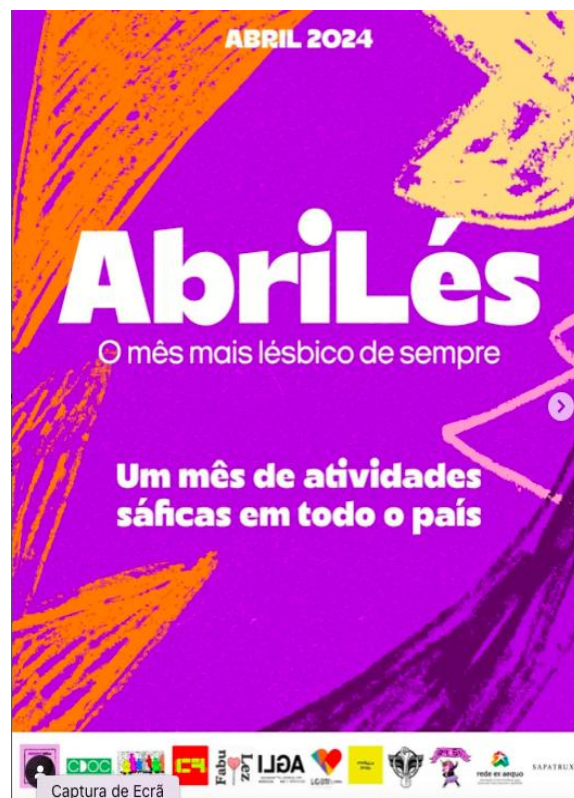
O meu papel foi o de organizar e montar as exposições. Para tal, marquei uma reunião com ambos os artistas para lhes explicar a visão e ver como poderíamos montar as exposições tendo em conta o espaço e os materiais. Estivemos a ver as dimensões da sala e diferentes molduras que já existiam no espaço do escritório para as fotografias de Miguel Portugal e um pano preto para colocar atrás dos postais do Filipe. Fui comprar um *pass-partout* com Miguel Portugal para pôr umas fotografias e depois fiquei a preparar as molduras para serem coladas na parede sem a estragar. Finalmente imprimi as folhas de sala com os textos dos artistas da exposição e preparei a sala para que estivesse pronta para a *vernissage*.

Grupo de tricot (março 2024)

Este grupo foi algo que várias pessoas já tinham sugerido que existisse. Marquei então uma reunião com uma pessoa voluntária que tinha interesse em dinamizar a atividade. Organizámos toda a parte logística como o horário, o nome que o grupo podia ter, que tipo de projeto o grupo teria (um projeto em comum ou individuais).

Semana da visibilidade lésbica (março 2024)

Para a semana da visibilidade lésbica, foram organizadas várias atividades, umas fora e outras dentro do centro comunitário. Eu fiz um questionário sobre identidades lésbicas para ser feito no centro para que toda a gente possa participar, algo que é feito regularmente pela associação.



4.1. Desafios e Soluções (Principais dificuldades enfrentadas durante o estágio e como foram superadas)

A maior dificuldade que eu experienciei neste estágio foi a falta de comunicação entre mim e o meu orientador do local de estágio. O meu primeiro dia não começou quando era suposto, ele não atendia o telemóvel, nem respondia às mensagens e aos mails que eu lhe mandava. Quando percebi que ele era assim nos primeiros dois dias de estágio, pedi que tivéssemos uma reunião semanal para falarmos e eu poder colocar todas as minhas perguntas. Isto foi importante já que muitas vezes eu ia ao escritório e não havia ninguém, ou se ele estava lá, não tinha disponibilidade para falar comigo com o trabalho que ele tinha. Senti um grande isolamento e não me senti bem acolhida. Todavia, sinto que aprendi muito já que percebi a realidade do que é trabalhar numa associação. Consegui ver muitas pessoas que trabalham demasiado e que ficam em *burnout*, pessoas que ficam lá a trabalhar até às 23h horas. Percebi que pessoas que lá estavam também sentiam esse isolamento porque não sabiam se alguém iria estar no escritório quando lá chegassem. É importante perceber que o espaço é pequeno e que há muitas pessoas a fazer teletrabalho.

Não obstante, tive a oportunidade de trabalhar num projeto sozinha e sinto que aprendi muito. No princípio senti uma grande ansiedade, mas no decorrer do projeto fui percebendo melhor como gerir. Para tal, fazia uma lista de perguntas para uma pessoa que trabalhava na associação sobre todas as dúvidas que tinha. Foi uma oportunidade para aprender melhor como pensar na logística de organizar uma exposição.

Tive igualmente a oportunidade de fazer parte das formações da ILGA e aprendi como organizar e fazer uma formação. Pude ver também o seguimento da formação para perceber o que tinha acontecido durante esses dias.

Pude trabalhar nas minhas técnicas de pesquisa com o manual para os voluntários, para o glossário, para o questionário da semana de visibilidade lésbica, para as curtas e para o plano municipal.

5. Conclusão

Na duração deste estágio, tive a oportunidade de ter várias experiências que permitiram que eu desenvolvesse o aspeto mais prático deste mestrado. Desenvolvi a minha proatividade e independência graças à organização das exposições. Desenvolvi igualmente o meu trabalho de equipa ao trabalhar em conjunto no manual para as pessoas voluntárias e para o glossário. Consegui aprender melhor o que significa trabalhar numa associação, as dificuldades e os desafios, mas também o sentido de comunidade e a abertura à comunicação.

Para as minhas perspetivas futuras na minha carreira profissional, tenciono trabalhar em associações e empresas que tenham valores com que me identifico. Tenciono trabalhar em advocacia, ser formadora ou consultora. Ainda quero descobrir a melhor forma na qual me encaixo e tentar diferentes trabalhos e sítios diferentes já que é a melhor forma de aprender.

Para a minha carreira académica é um pouco diferente. Quero fazer uma pausa e descobrir o que há lá fora. Sou uma pessoa que sempre gostou de aprender, mas estou a sentir-me um pouco perdida neste momento e sem gosto e paixão para a academia, e estou na esperança que se fizer uma pausa possa voltar com uma nova energia e vontade. Acho que antes tinha medo de sair do que sempre conheci, que foi estudar. Mesmo já tendo experimentado alguns trabalhos em restauração e outros, parar de estudar, assustava-me muito. Agora estou curiosa para o que posso aprender fora deste contexto e entusiasmada com o que posso oferecer.

Bibliografia

Born free and equal: Sexual orientation and gender identity in international human rights law.

(2012). UN Office of the High Commissioner for Human Rights.

Carneiro, N. (2009). «Homossexualidades» – uma psicologia entre ser, pertencer e participar.

LivPsic Editores.

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. (2018).

<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/resolucao-conselho-ministros/2018-219990677>

Folha Informativa Violência contra Pessoas LGBTI+. (2020). APAV.

ILGA. (2018). *Estudo Nacional sobre o ambiente escolar – Jovens LGBTI+2016/2017.* ILGA.

ILGA Portugal. (2023). *Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+ em Portugal Relatório Anual.* ILGA.

ILGA-Europe. (2011, May 16). *Rainbow Europe Map and Index 2011.* <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-europe-2011/>

ILGA-Europe. (2022, May 12). *Rainbow Europe Map and Index 2022.* <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-europe-2022/>

ILGA-Europe. (2023, May 11). *Rainbow Europe Map and Index 2023.* <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-europe-2023/>

Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro. (2016).

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_estrutura.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=2515&nversao=&tabela=leis&so_miolo=

Lei n.º 7/2011, de 15 de Março. (2011).

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1308&tabela=leis

Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio. (2010).

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis

Lei n.º 38/2018, de 07 de Agosto. (2018).

https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=2926A0003&nid=2926&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=

Moleiro, C., Pinto, N., Oliveira, J. M., & Santos, M. H. (2016). *Violência doméstica: Boas práticas no apoio a vítimas LGBT: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas*. CIG.

Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de género na psicologia: Notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 19–44). CIG.

Oliveira, M. I. F. (2024). *Estratégias de lobbying do movimento transnacional LGBTI+: O caso da ILGA Portugal* [Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/95404>

Pereira, H., & Leal, I. (2005). Medindo a homofobia internalizada: A validação de um instrumento. *Análise Psicológica*, 3, 323–328.

Report on conversion therapy. (2020). OHCHR. <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/report-conversion-therapy>

Saleiro, S., Ramalho, N., Santos de Menezes, M., & Gato, J. (2022). *Estudo nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais*. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Tavares, C. F. (2023). *From underdog to trailblazer: A study of the evolution of trans rights in Malta*. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

The Yogyakarta Principles plus 10. (2017). International Service for Human Rights and ARC International.

The Yogyakarta Principles: Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. (2007). international commission of Jurists and the international service for human rights.

Vale de Almeida, M. (2009). *A chave do armário. Homossexualidade, casamento e família.* Imprensa de Ciências Sociais.

Vale de Almeida, M. (2010). O contexto LGBT em Portugal. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 45–92). CIG.